



Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo
COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA. Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze, às quatorze horas, no Plenário “Dirceu Cardoso”, reúne-se a Comissão de Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional, com a presença do Excelentíssimo Senhor Deputado Rodrigo Coelho. Presentes para acompanhar a reunião o procurador desta Casa de Leis, Dr. Samuel Miranda Gonçalves Soares. **EXPEDIENTE: CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS:** Não houve no período. **PROPOSIÇÕES RECEBIDAS:** Não houve no período. **PROPOSIÇÕES DISTRIBUIDAS AOS SENHORES DEPUTADOS:** Não houve no período. **PROPOSIÇÕES SOBRESTADAS:** Não houve no período. **PROPOSIÇÕES BAIXADAS DE PAUTA:** Não houve no período. **ORDEM DO DIA:** Foram convidados a compor a mesa a Procuradora da Justiça, Dirigente do Centro de Apoio de Defesa Comunitária, Sra. Célia Lúcia Vaz de Araújo; representante da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, Sra. Clerismar Lirio; representando a Secretaria de Estado de Segurança Pública, Sr. Paulo Moraes; a coordenadora do Movimento Nacional de População de Rua, Sra. Rosangela Candido do Nascimento; o representante da Secretaria Estadual de Saúde, Sr. Júlio Cezar de Moraes; a coordenadora da Câmara Técnica em Contextos Sociais do Crefito-2, docente do curso de graduação em terapia ocupacional da UFES, Sra. Maria Daniela Corrêa de Macedo; representando o Conselho Estadual de Direitos Humanos, Sra. Andréia Uliana Teodoro; representando o Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social do Espírito Santo, (COGEMASES), Secretária Municipal de Assistência Social de Vitória, Sra. Clarice Imperial; representando a Defensoria Pública do Estado, Sr. Marcelo Paiva de Melo. O Exmo. Senhor Deputado Rodrigo Coelho, proponente dessa audiência, relata que a mesma ocorreu devido a um pedido realizado pela Coordenadora do Movimento Nacional de População de Rua do ES na ocasião que participou da reunião da Comissão de Assistência e passa a palavra para o representante da Secretaria de Estado de Segurança Pública, Sr. Paulo Moraes. O



Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo
COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

mesmo cumprimenta a mesa, agradece o convide e se coloca a disposição para o debate. Segundo ele levar a segurança pública é um dever do Estado, bem como, afirmou que são realizadas capacitações em Direitos Humanos para o efetivo. A palavra passa para o representante da Secretaria Estadual de Saúde o Sr. Júlio Cezar de Moraes, que afirma que já tiveram alguns encontros com a representante do Movimento, e que no final do ano saiu uma portaria que institui o Comitê Estadual da promoção da Equidade na Saúde que contara com a participação do Movimento. Em seguida, a coordenadora do Movimento Nacional de População de Rua, Sra. Rosangela Candido do Nascimento faz o uso da palavra e coloca a real situação dos moradores de rua, chamando a atenção para a falta de ações e a forma violenta que são tratados. Logo após, passa a palavra para a Sra. Maria Daniela Corrêa de Macedo, coordenadora da Câmara Técnica em Contextos Sociais do Crefito-2, docente do curso de graduação em terapia ocupacional da UFES, a mesma ressalta que não existe um projeto real e articulado que atenda a essa população. Em seguida faz o uso da palavra a representante do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social do Espírito Santo, (COGEMASES), Secretária Municipal de Assistência Social de Vitória, Sra. Clarice Imperial, que cita as ações realizadas no município de Vitória para o atendimento da População de Rua. Passando a palavra para a Sra. Andreia Uliana Teodoro, representando o Conselho Estadual de Direitos Humanos, que parabeniza a iniciativa da Audiência e chama atenção para a violação dos direitos humanos frente aos grandes eventos e coloca a atuação do conselho em defesa da população de rua. Em seguida a Sra. Rosangela faz o uso da palavra novamente, que faz algumas considerações em relação à fala da Secretaria de Assistência Social de Vitória. Logo após a Representante da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, Sra. Clerismar Lírio faz o uso da palavra e coloca sobre a responsabilidade do Poder Público e a sensibilização da sociedade frente a problemática e fala sobre a implementação do Plano de Atendimento a População de Rua no Estado. Passa a palavra então ao representante da Defensoria Pública do Estado, Sr. Marcelo Paiva de Melo que ressalta que foi



Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo
COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

criado um núcleo de Direitos Humanos na Defensoria e convida o também Defensor Público, Sr. Ronan, que relata sobre a criação desse núcleo, apesar de ser um grande passo possui muito trabalho e poucos profissionais, e fala da necessidade de um trabalho multiprofissional para atender a população de rua. Em seguida faz o uso da palavra a Dra. Célia Lúcia Vaz de Araújo, Procuradora da Justiça e Dirigente do Centro de Apoio de Defesa Comunitária que ressalta as palavras de Rosângela, e diz que o Ministério Público está se fazendo próximo a essa causa, a mesma afirma que visitou alguns abrigos e constatou que os mesmos não tem estrutura suficiente, diante disso, formularam um documento que foi encaminhado ao Prefeito de Vitória, mas não obtiveram nenhuma resposta e irão reiterar esse documento. Após a fala, o Presidente retoma a palavra e abre para o debate, após o debate foram levantados alguns encaminhamentos, sendo eles, fazer indicações ao Governo do Estado e aos órgãos competentes para contratar pesquisa para ter dados sobre a população de rua; criação de um observatório para o acompanhamento das políticas; solicitar mecanismos para que a população de rua tenha acesso aos programas do Estado; adesão do Estado a Política sobre População em Situação de Rua; inclusão dessa temática nos cursos de formação das polícias; fazer um debate entre residência inclusiva e residência terapêutica; a instituição de uma Política específica para mulheres em situação de rua; diálogo aberto no interior sobre o tema. **COMUNICAÇÕES:** Após os encaminhamentos, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e encerra a Audiência Pública convidando seus pares para a próxima que será Ordinária, no dia dois de junho dois mil e quatorze, às quatorze horas, no Plenário “Deputada Judith Leão Castello Ribeiro”. E para constar, é lavrada a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

PRESIDENTE